Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Polícia Civil deflagra Operação Círculo Vicioso contra quadrilha de arrombadores de caixas eletrônicos em MT

Ação investiga organização criminosa interestadual responsável por furtos em Cuiabá e Várzea Grande com esquema de lavagem de dinheiro

A Polícia Civil mato-grossense realizou nesta quinta-feira (5) o lançamento da **Operação Círculo Vicioso**, uma ação estratégica de combate a uma organização criminosa que atuava em diferentes estados com foco em roubo de caixas eletrônicos. A operação representa um marco importante no enfrentamento ao crime organizado na região centro-oeste.

O cumprimento de 74 medidas judiciais marca o escopo da ação, distribuída entre 10 mandados de prisão preventiva, 18 ordens de busca e apreensão residencial, 18 autorizações para acesso a dados de equipamentos eletrônicos, 15 quebras de sigilo financeiro e 13 ordens de congelamento de ativos no total aproximado de R$ 240 mil. Todas as decisões foram proferidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juiz de Garantias – Polo Cuiabá.

A estrutura criminosa investigada pela Gerência de Combate ao Crime Organizado (GCCO) e pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (Draco) abrangia integrantes espalhados em múltiplas jurisdições, com responsabilidade documentada sobre diversos furtos direcionados a equipamentos de instituições financeiras e comércios localizados em Cuiabá e Várzea Grande.

O desdobramento operacional alcança Cuiabá, Rondonópolis, Joinville (Santa Catarina) e São Luís (Maranhão), contando com colaboração das polícias civis catarinense e maranhense, além do apoio da Polícia Rodoviária Federal.



Metodologia e técnicas de roubo

As apurações iniciaram-se após um episódio de subtração ocorrido na madrugada do dia 21 de janeiro de 2026, atingindo um terminal de saque localizado dentro de um estabelecimento varejista no bairro Praia Grande, em Várzea Grande.

Os autores utilizaram uma lança térmica, instrumento industrial para penetração de estruturas resistentes, a fim de viabilizar o acesso ao cofre. Apesar da ativação dos mecanismos de segurança do equipamento, que dispersam tinta sobre o numerário para torná-lo inutilizável, a quadrilha conseguiu remover R$ 105 mil da máquina.

A análise sistemática revelou que este incidente integrava uma série de ocorrências com padrões operacionais similares. Seis furtos com características relacionadas foram documentados entre novembro de 2025 e fevereiro de 2026 em equipamentos de Cuiabá e Várzea Grande.

Os ataques compartilhavam elementos como a perfuração de estruturas, a cobertura de áreas com lonas para disfarçar a luminescência gerada pela ferramenta térmica e a destruição dos cofres dos terminais.



Divisão de responsabilidades e estrutura

A organização apresentava divisão funcional, com núcleos distintos encarregados da execução dos roubos, da neutralização da tinta de segurança, da administração de recursos tecnológicos e da recepção de montantes ilícitos.

Subsequentemente aos furtos, colaboradores designados executavam protocolos para eliminar fisicamente a tinta de proteção através de agentes químicos e materiais específicos. Posteriormente, os valores eram canalizados de forma distribuída em múltiplas agências bancárias, utilizando a estratégia de fracionamento denominada smurfing, destinada a mascarar a procedência ilegal dos montantes.



Os proventos resultantes das subtracções eram partilhados entre membros da organização e colaboradores externos, que recebiam os depósitos em contas bancárias pessoais. A análise de registros visuais de sistemas de vigilância de instituições bancárias e demais elementos investigativos possibilitaram estabelecer o envolvimento dos indiciados em etapas distintas da estrutura ilícita.

Dimensão nacional da organização

Os resultados das investigações demonstraram que a organização contava com integrantes domiciliados em outras regiões, particularmente em Santa Catarina, que se mobilizavam até Mato Grosso para operacionalizar os ataques. As evidências coligidas também sinalizaram correlações dos investigados com atividades ilícitas documentadas anteriormente no Rio de Janeiro e em Alagoas.



As providências judiciais autorizadas incorporam localidades em Mato Grosso e em Joinville, juntamente com ações direcionadas a obstaculizar a circulação de recursos provenientes das condutas delituosas.

A autorização judicial também contemplou o congelamento de bens financeiros dos investigados até o montante total de R$ 239.980,52, quantia equivalente aos danos quantificados nos autos em quatro dos furtos objeto de apuração, com possibilidade de revisão conforme o progresso das análises patrimoniais.



Significado da denominação operacional

A designação **Operação Círculo Vicioso** alude ao padrão criminal mapeado no decorrer das investigações, onde os integrantes da estrutura praticavam furtos em equipamentos de saque, extraíam os valores, subsequentemente aplicavam procedimentos para mascarar a ilicitude dos recursos e reinseriam-nos na economia formal.

A expressão igualmente ilustra o caráter reiterativo das práticas criminosas, que envolvia múltiplos núcleos, sustentando uma arquitetura delituosa permanente e sistematizada de apropriação indevida de recursos.



Iniciativa da Rede Nacional de Combate ao Crime Organizado

A ação integra iniciativas da Rede Nacional de Unidades Especializadas de Enfrentamento das Organizações Criminosas (Renorcrim), estrutura que congrega delegados responsáveis por unidades especializadas e agentes do Ministério Público dos 26 estados brasileiros e da capital federal. A coordenação é exercida pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública, por intermédio da Diretoria de Inteligência e Operações Integradas (Diopi) vinculada à Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), com propósito de estabelecer metodologias de inteligência e combate sustentável à criminalidade organizada.